

7.00.00.00-0 CIÊNCIAS HUMANAS

7.05.00.00-2 HISTÓRIA

## **A FIGURA DE TIRADENTES NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA NA ÉPOCA DOS BICENTENÁRIOS DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA E DE SUA MORTE (FINAL DA DÉCADA DE 1980 E INÍCIO DA DÉCADA DE 1990)**

MARIANA DE CARVALHO DOLCI

Curso de História – Faculdade de Ciências Sociais

AMILCAR TORRÃO FILHO

Departamento de História – Faculdade de Ciências Sociais

RESUMO: JOAQUIM JOSÉ DA SILVA XAVIER, CONHECIDO COMO TIRADENTES E PARTE INTEGRANTE DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA, FOI ESCOLHIDO PARA SER O NOSSO “HERÓI NACIONAL”, ASSIM QUE O BRASIL SE TORNOU UMA REPÚBLICA, EM 1889. O OBJETIVO DESTA PESQUISA FOI ESTUDAR SILVA XAVIER E OS INCONFIDENTES DENTRO DE SEU PRÓPRIO CONTEXTO, A CHAMADA HISTORICIDADE, USANDO COMO FUNDAMENTO A HISTORIOGRAFIA RECENTE SOBRE O ASSUNTO. O TRABALHO BASEOU-SE NUMA SELEÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO FIM DA DÉCADA DE 1980 E INÍCIO DA DE 1990, PERÍODO QUE COMPREENDE OS BICENTENÁRIOS DO LEVANTE EM QUESTÃO E DA MORTE DE TIRADENTES. O ALFERES TERIA O TRAÇO MARCANTE DO HERÓI, DEFENSOR DOS FRACOS E OPRIMIDOS, DONO DE UM CARÁTER IRRETOCÁVEL, E POR ISSO FOI TOMADO COMO MODELO POR SUAS AÇÕES.

Palavras-Chave: Tiradentes, Historiografia Brasileira, Livro Didático.

### **Introdução**

Esta pesquisa analisou como o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, foi retratado e explicado nos livros didáticos de História na época dos bicentenários da Inconfidência Mineira (1989) e de sua morte (1992), à luz da historiografia recente, que vem sublinhando as especificidades do projeto dos inconfidentes e de Tiradentes sem desmerecer a relevância de ambos na crise das relações coloniais.

Nos últimos vinte anos, reescreveu-se a História do final do período colonial, fato que trouxe à tona novos documentos e informações que derrubaram uma historiografia nacionalista, possibilitando a investigação mais profunda de importantes eventos. Atualmente, esta linearidade nacionalista cedeu lugar à historicidade, em que se estuda o momento histórico específico com suas características e implicações.

A relação entre os livros didáticos e a produção historiográfica é complexa. Esta análise partiu do estudo da historicidade de Tiradentes em detrimento desta linearidade nacionalista.

## 1. Desenvolvimento

Os livros didáticos de História tratam a Inconfidência Mineira com a intenção de explicar a Independência do Brasil, pois ainda se encontram inseridos num viés nacionalista. O capítulo que trata da Inconfidência antecede sempre o da Independência, pois é necessário explicar aos alunos o acontecido em setembro de 1822. É preciso respeitar a especificidade do momento, já que os inconfidentes não tinham a noção de que 33 anos depois de 1789 o Brasil seria independente.

Para fazer a análise da figura de Tiradentes nos livros didáticos de História, foi preciso estudar a historicidade do alferes, descolando-o de uma linearidade nacionalista. Para tanto, utilizei as fontes digitalizadas (livros didáticos de História da época dos bicentenários da Inconfidência Mineira [1989] e da morte de Tiradentes [1992]) da Biblioteca do Livro Didático da Faculdade de Educação da USP, em comparação com a historiografia recente sobre o assunto.

O professor da Universidade Federal de Minas Gerais, João Pinto Furtado, é autor de um dos mais importantes trabalhos escritos nas últimas décadas sobre a Inconfidência Mineira e, por isso, foi a base desta análise (em consonância com outros autores). O livro *O manto de Penélope* (2002) parte do princípio de que, em relação ao tema da Inconfidência Mineira de 1788-1789, é preciso ir além das aparências e visões consagradas, retomando outras possibilidades de explicação, sugeridas no presente pelos novos conhecimentos disponíveis e pelas novas abordagens historiográficas (p.13).

O termo “inconfidência”, segundo o *Vocabulário portuguez e latino* de 1712, significa “falta de fidelidade ao seu príncipe”. Todas as ditas inconfidências envolviam, em algum sentido, uma contestação à monarquia portuguesa, uma traição ao soberano (BLUTEAU, 1716). “Loucos, asnos e tolos” eram todos os que tinham a audácia de se levantar contra Sua Majestade (REZENDE, 2001:15).

O fracasso do movimento e a cautela dos inconfidentes em não deixar provas materiais da conspiração tornaram os *Autos da devassa da Inconfidência Mineira* (ADIM) a documentação praticamente única sobre os acontecimentos. É provável,

portanto, que quaisquer documentos a respeito tenham sido destruídos ao primeiro sinal de descoberta da conspiração (ibidem, p. 15). Os ADIM foram produzidos a partir de 7 de maio de 1789, no Rio de Janeiro, e de 12 de junho do mesmo ano, em Minas Gerais (FURTADO, 2001:69).

Num ambiente intelectual influenciado pela onda iluminista, os principais fazendeiros, criadores de gado, exploradores de minas, magistrados, militares da região, além de alguns dos principais intelectuais da época, como o poeta Cláudio Manuel da Costa, o também poeta e ouvidor de Vila Rica, Tomás Antônio Gonzaga, e o alferes Joaquim José da Silva Xavier, entre outros, se juntaram num movimento de tentativa de emancipação das Minas Gerais, ou seja, contra a opressão da Coroa Portuguesa. João Furtado escreve que há uma grande dificuldade quando se tenta estabelecer alguma identidade entre os principais líderes e agentes políticos: não são todos intelectuais, como já se afirmou no século XIX; nem são mineradores falidos, como foi dito na primeira metade do século XX; tampouco são todos burocratas, como ainda se insiste (FURTADO, 2002:24).

Os autores dos livros didáticos escolhidos para a pesquisa adotaram como princípio mostrar o contexto das Minas Gerais do século XVIII para situar o leitor. Assemelham-se ao explicar, de modo geral, o plano de ação e o que pretendiam os inconfidentes. Apesar disso não ser recorrente, alguns deles relacionam a Inconfidência Mineira com a primeira tentativa de independência do Brasil.

Quanto à figura de Tiradentes, as interpretações são bastante diferentes: ele aparece como uma figura de pouca ou, então, de destacada importância; ora aparece como o “bode expiatório”, como alguém que buscou apoio no exterior para os seus propósitos, como um sujeito acusado para redimir a culpa de seus companheiros. O alferes se tornou, talvez, o personagem mais popular da história nacional, ganhou contornos heróicos e *status* de mito político, por ter sido o único condenado à morte.

Furtado buscou alguns fatos importantes da vida de Tiradentes que nos ajudam a compreender melhor as disparidades das informações encontradas nos livros, em contraposição ao que nos ensina a nova historiografia. Joaquim José da Silva Xavier terá nascido provavelmente em 1746, na Fazenda do Pombal, de propriedade da família, situada na Vila de São João Del Rei. Sua família não era de poucas posses ou de baixa condição econômica (portanto, ele não foi condenado por ser o mais pobre). A Fazenda do Pombal, segundo se verifica no inventário da família, tinha várias

“datas” (lotes) de mineração e uma sede com dois pavimentos. Abrigava em sua rotina de trabalho cerca de 35 escravos, volume não desprezível para os padrões da economia mineira de então (ibidem, p. 21-22).

Joaquim José ficou órfão por volta dos dez ou onze anos, passando a ser criado por parentes. Enquanto se processava o inventário dos bens da família, aos quais provavelmente ele não teve nenhum acesso, o jovem adquiria com um tio conhecimentos que, mais tarde, seriam responsáveis pelo ofício de prático em “odontologia” e, em consequência, pela alcunha de Tiradentes. Iniciou sua vida adulta e profissional como tropeiro, o que lhe teria rendido largos conhecimentos sobre a terra e expandido seu círculo de conhecidos. É possível que Tiradentes tenha alcançado alguma prosperidade com o emprego. Mais que isso, a familiaridade adquirida acerca dos caminhos de Minas, à qual seriam acrescidas as informações obtidas no exercício da profissão militar, talvez o tenha qualificado como o mais destacado propagandista do levante e o mais importante – e aqui, sim, estaria um dos principais motivos de sua execução. Em 1775, ingressa na tropa paga de cavalaria e inicia sua carreira militar e burocrática, já no posto de alferes, no qual permaneceria até sua prisão e execução (ibidem, p. 23).

João Furtado coloca que é preciso que se diga que, em várias ocasiões, Silva Xavier parece demonstrar profunda noção do que significava o momento por ele vivenciado no curso da História. Não era seguramente um grande iluminista, mas homem de “fácil intuição”, admirado pelo Cônego Vieira. Essa constatação talvez possa ser um bom “móvel explicativo” de sua auto-incriminação em janeiro de 1790.

Os depoimentos das testemunhas relacionadas nos permitem verificar que não foi pequena a divulgação do movimento. Essa retaguarda, à qual se tem dado pouca importância, representava na realidade a força capaz de dar viabilidade ao levante, através de uma sublevação generalizada (ibidem, p. 44). Ou seja, José Álvares Maciel e Tiradentes não são exatamente aqueles que deram início à conspiração, como cita Rogério Forastieri Silva, em seu livro *História do Brasil: do descobrimento à atualidade* (SILVA, 1992:109-110).

Luiz Carlos Villalta elucida, em um de seus textos, que, numa das reuniões entre os inconfidentes, foram examinadas umas “bandeiras que o alferes Joaquim José da Silva Xavier tinha ideado para servir na nova premeditada república, que eram três triângulos enlaçados em comemoração da Santíssima Trindade”. Alvarenga Peixoto apresentou aquilo que pareceu agradar aos demais: “se lembrou do versinho de

Virgílio – *Libertas quae sera tamen* – que ele achou, e todos os que estavam presentes, muito bonito”. Foi assim que “Liberdade ainda que tardia” se tornou o verso a ser inscrito na bandeira dos inconfidentes. Essa escolha traduz a expectativa política guardada pelos conjurados no sentido de romper os grilhões que atrelavam Minas a Portugal (VILLALTA e RESENDE, 2007:603).

Num contexto de transição, em área de relativa indefinição entre diferentes valores econômicos e sociais, aqueles homens da sociedade setecentista não tinham – como os historiadores poderiam ter *a posteriori* – a certeza sobre determinado curso da História. Furtado derruba, aqui, uma informação recorrente na historiografia antiga sobre o movimento: a Revolução Francesa, da qual os inconfidentes definitivamente não tinham notícia quando realizavam seus “conventículos”, não era uma revolução “ocidental” ou “atlântica”. Ainda não era “revolução” para os franceses, mesmo porque não teria sido submetida ao processo de elaboração intelectual e simbólica que resultou em sua “monumentalização” e transformação em marco de referência e ruptura. O século XVIII constituía-se em outro universo de significação e, portanto, articulava outros conceitos de revolta, revolução, nação ou república (FURTADO, 2002:54).

Luiz Carlos Villalta comenta que Minas Gerais é o “país” de referência, visto por Tiradentes, tal como por Alvarenga Peixoto, como auto-suficiente no aspecto militar. Os termos “nação”, “nacional” e “pátria” são elementos variáveis no século XVIII. “Nação” é uma comunidade imaginada que se vê como soberana e limitada (territorialmente), correspondente ao agrupamento humano que vivia sob um mesmo soberano, compreendendo diferentes povos. “Nacional” significa o pertencimento a alguma nação. Já “pátria” e “terra” são associadas ao “nacional” e tomadas como sinônimo de “nação”. “Pátria” é o local do nascimento, a terra de origem, cuja amplitude ia da Vila ao Reino de onde se era natural. “País” refere-se unicamente a uma identidade regional e é utilizado pelos inconfidentes para se referir à Capitania de Minas Gerais, aparecendo também uma ou outra ocorrência referente à Capitania do Rio de Janeiro (VILLALTA e RESENDE, 2007:568-569).

Após a delação de Joaquim Silvério, em 15 de março de 1789, houve a concretização da prisão dos inconfidentes. Tiradentes, cujo envolvimento mais propriamente político era o de ter maior conhecimento público, foi inquirido três vezes em maio de 1789 e depois, durante sete meses, amargou o mais obscuro esquecimento na cadeia. Ao longo de todo o resto desse mesmo ano ele não foi

convocado sequer para acareações, até ser de novo inquirido em janeiro de 1790, quando já eram conhecidas algumas das radicais turbulências sociais e políticas da França. Só nessa última ocasião ele tomou para si toda a responsabilidade do levante e, desde então, foi inquirido mais sete vezes, concentrando-se, nos anos de 1790 e 1791, 73% do volume total de suas inquirições (FURTADO, 2002:65).

Em 18 de abril de 1792, foi lida a sentença no Rio de Janeiro. Doze dos inconfidentes foram condenados à morte. Porém, no dia seguinte, foi lido o decreto de D. Maria I, pelo qual todos, à exceção de Tiradentes, tiveram a pena comutada para degredo em colônias portuguesas na África. Onze religiosos do Convento de Santo Antônio foram chamados às pressas, pois nenhum réu condenado à morte poderia ouvir a sentença sem a assistência de um religioso. Ato contínuo, os réus, todos acorrentados, foram trazidos à sala do Oratório da cadeia. Eram eles estavam o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, Francisco de Paula, Alvarenga Peixoto, José Álvares Maciel, Luís Vaz de Toledo Piza, Francisco Antônio de Oliveira Lopes, José de Resende Costa, Domingos de Abreu Vieira, Domingos Vidal de Barbosa e Salvador Carvalho do Amaral Gurgel. Cada inconfidente ficou então sabendo de que crime era acusado. Durou duas horas a leitura da sentença. Aí, o escrivão passou a ler a pena que tocava a cada um (aqui, em especial, a Tiradentes). Como relata Pedro Paulo Filho (1989:454):

(...) condenam ao réu Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha o Tiradentes (...), a que, com barço e pregação, seja conduzido pelas vias públicas ao lugar da forca e nela morra de morte natural para sempre, e que depois de morto lhe seja cortada a cabeça e levada a Vila Rica aonde, no lugar mais público dela será pregada em um poste alto, até que o tempo a consuma, e o seu corpo será dividido em quatro quartos e pregados em partes, pelo caminho de Minas, no sítio de Varginha e das Cebolas aonde o réu teve as suas infames práticas e os mais nos sítios de maiores povoações até que o tempo também os consuma; declaram o réu infame e os seus filhos e netos, tendo-os, e os seus bens aplicam para o Fisco e Câmara Real e a casa em que vivia em Vila Rica será arrasada e salgada, para que nunca mais o chão se edifique e, não sendo própria, será avaliada e paga ao seu dono pelos bens confiscados e no mesmo chão se levantará um padrão, pelo qual se conserve em memória a infâmia desse abominável réu.

E foi assim que, no dia 21 de abril de 1792, o alferes Joaquim José da Silva Xavier subiu ao cadafalso, acusado do “crime de lesa-majestade de primeira cabeça”,<sup>1</sup> onde foi

---

<sup>1</sup> Furtado explica a investigação do sentido setecentista do crime de *lesa-majestade de primeira cabeça*, que seria qualquer tentativa de ameaça à vida do rei, de seus herdeiros e sucessores (exceto bastardos) e/ou a qualquer de

enforcado até a morte, decapitado e esquartejado pelo negro Capitania (filho da Capitania do Espírito Santo), para que suas partes fossem distribuídas pelo caminho entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais. Era uma lição clara para todos aqueles que ousassem se levantar contra o poder da Coroa Portuguesa. Gilberto Cotrim, em seu livro *História do Brasil: para uma geração consciente* (1989:93-94), afirma corretamente que Joaquim José foi enforcado numa pomposa cerimônia para intimidar o povo da colônia.

Para João Furtado, não se poderia aceitar a explicação, como é corrente no senso comum e em alguns meios acadêmicos, de que Tiradentes teria sido o único condenado porque era o mais pobre (e não o era). Seu castigo foi exemplar e escandaloso porque foi, dentre todos, o que mais publicidade deu ao levante. Seus “quartos dispostos nos locais onde praticou suas infâmias” o provam. O livro analisado e intitulado *História do Brasil*, escrito por Raymundo Carlos Bandeira Campos (1992), aponta Joaquim José como um dos poucos que pertenciam à classe média empobrecida, tendo sido militar, dentista, tropeiro e comerciante (p.92-93). Explicita o que queriam os inconfidentes e o que pensavam em fazer. O alferes aparece desejando o fim da escravidão, contra a maioria dos conspiradores. Traça o plano de ação do levante que não aconteceu devido à traição. A repressão veio com as prisões e o processo de Devassa. Alguns inconfidentes, tentando redimir sua própria culpa, acusaram Tiradentes, que admitiu sua idéia em querer libertar o “Brasil”.

Aqui podemos comparar o que ensina a historiografia recente sobre este assunto com o conteúdo encontrado no livro intitulado *História do Brasil* (1989), de Sônia Irene Silva do Carmo e Eliane Frossard Bittencourt. Segundo as autoras (p.124-127), Tiradentes teria sido o chamado “bode expiatório” e contribuiu para isso por ter assumido a culpa. De todos os conspiradores, ele era o menos importante, o mais pobre, o mais desconhecido, alguém cujo papel no movimento não foi tão destacado, tendo se limitado quase que exclusivamente à propaganda contra a Coroa. Seus companheiros nada fizeram para ajudá-lo. Após a condenação e a condução ao cadafalso, ele teria encarado a morte com tranquilidade.

Em contraposição, Nelson Piletti, em seu livro *História do Brasil: da Pré-história do Brasil aos dias atuais* (1992), cita Tiradentes como um dos participantes mais destacados (p.80-81), mostrando ainda conhecimento acerca de suas constantes viagens sobre a região para difundir a conspiração, mas concorda com a idéia do

---

seus domínios. Note-se que não há clara distinção quanto à gravidade do crime, entre atentar contra a vida do rei ou a integridade de seus domínios.

“bode expiatório”, aquele que morreu para salvar a honra dos intelectuais e homens ricos envolvidos na trama.

Joel Rufino dos Santos, no livro *História, histórias*, resume a vida de Tiradentes a alguns fatos muito pontuais, se comparados à quantidade de informações existentes sobre o assunto (1992:82-87). A sedição em si perde importância no decorrer dos parágrafos, enquanto a idéia de planos para a independência do “Brasil” ganha força. A ação dos inconfidentes se resume em acusar o alferes, que, diante do carrasco, teria fraquejado como um covarde.

Thais Nivia de Lima e Fonseca discute que, no processo de construção da imagem sacralizada de Tiradentes, a ausência de rituais fúnebres e de sepultura para ele provocou sentimentos de piedade e até de horror, ante a negação de um direito tido como essencial de todo cristão e, até mesmo, de todo ser humano. Isso significa, certamente, um elemento a mais na consolidação das representações cristianizadas do alferes. O corpo de Tiradentes aparece como a peça central, síntese do drama, materialização da paixão vivida pelo inconfidente. Objeto da violência institucionalizada, ele se tornou a representação máxima da opressão metropolitana, consubstanciada nas idéias do sacrifício e do martírio cívico e cristão, complementando convincentemente as analogias com a paixão de Cristo (FONSECA, 2009:110-111).

A produção de textos nos quais as idéias da morte do sacrifício e do corpo mutilado assumem o papel principal foi abundante. Não apenas com contextos dramáticos, mas também com ilustrações que ajudavam na visualização do drama, esses livros, adotados pelas escolas brasileiras durante décadas, manuseados cotidianamente por milhares de estudantes, contribuíam sobremaneira para a consolidação do mito (ibidem, p.112-113).

José Murilo de Carvalho (2006:63) aponta que os republicanos protestaram. Negavam ter Tiradentes beijado as mãos e os pés do carrasco; não aceitavam a versão de que ele teria caminhado para a forca em monólogos com o crucifixo; não acreditavam que o condenado, ao se recusar a vestir roupa por baixo da alva, tivesse dito que Nosso Senhor também morreria nu por seus pecados. Reagia-se, em suma, à idéia de que Tiradentes, durante o período de prisão, tivesse se transformado em um místico, tivesse perdido o impulso de rebeldia patriótica que fizera dele a principal figura da conjuração.

Para o autor, a aceitação de Tiradentes veio acompanhada de sua transformação em herói nacional, mais do que em herói republicano. Unia o país através do espaço, do tempo, das classes. Para isso, sua imagem precisava ser idealizada, como de fato o foi.



O processo foi facilitado por não ter a História registrado nenhum retrato, nenhuma descrição sua, restando apenas algumas indicações nos autos (ibidem, p. 71). O problema foi resolvido com uma solução que pareceu simples: Tiradentes era, nos primeiros anos da República, tão “endeusado” que a todos pareceu natural que lhe atribuíssem a mesma face de Cristo, que foi usado como modelo nos primeiros quadros que o representavam (BARBOSA, 1975:29).

O alferes teria o traço marcante do herói, defensor dos fracos e oprimidos, dono de um caráter irretocável, sendo por isso tomado como modelo por suas ações. A solidez da representação do alferes mineiro tem dificultado a difusão e, é claro, a aceitação de análises revisionistas. E, nesse caso, incluem-se tanto as tentativas da detração pura e simples, num exercício banal de inversão de valores, quanto as revisões historiográficas sérias, que buscam uma compreensão mais ampla do movimento inconfidente.

Essas características do herói e os elementos constituintes de sua ação migraram também para a educação, particularmente para o ensino de História desde as primeiras décadas da República, povoando os livros didáticos, os impressos destinados a professores, os cartazes, as cartilhas de leitura, as capas de caderno, etc. (ibidem, p. 117).

Na historiografia sobre o movimento, Joaquim Norberto foi freqüentemente acusado de destacar aspectos negativos da aparência e da personalidade do alferes, retratando-o como homem irascível, indiscreto e repelente aos olhos de alguns de seus contemporâneos. O autor parece oscilar corretamente entre diferentes e contraditórios depoimentos acerca de um personagem histórico que, de fato, se prestaria a diferentes e conflitantes leituras. Polêmico, apaixonado, radical, arbitrário, violento, um pouco disso tudo e algo mais pode caracterizar a figura de Joaquim José (ibidem, p. 46).

## **2. Considerações Finais**

O interessante é refletir que, apesar da pesquisa ter se baseado em livros didáticos comemorativos, fica claro que não houve uma preocupação em incorporar nenhum tipo de revisão sobre o assunto em questão e que, em nenhum momento, foi observado que se tratava dos anos dos bicentenários, tanto da Inconfidência Mineira quanto da execução de Tiradentes.

A mistificação desta figura já está tão arraigada na mente dos brasileiros que não era de se estranhar que os livros trouxessem esta visão consagrada desde o advento da República no Brasil. Tiradentes, em particular, teria sido a principal vítima do

processo de idealização anacrônica, a respeito da qual se poderia dizer, apressadamente, ser expressiva e representativa dos procedimentos da historiografia produzida no interior dos Institutos Históricos e Geográficos (BARBOSA, 1975:45).

Como mito, ele ainda não escapa de ser visto ora como um grande homem, ora como um covarde, ora como o personagem mais destacado, ora como um sujeito que não teve importância alguma no movimento. É por esse motivo que é tão difícil fazer uma análise revisionista acerca de Silva Xavier. Não podemos nos esquecer de que os mitos muito dificilmente são revisitados o ponto de se reescrever sua verdadeira história. E, como elucidou Claudine Haroche, a escola é o lugar da Nação, ou seja, certas informações com as quais entramos em contato enquanto estamos neste ambiente acabam por se fixar no fundo de nossa memória. É a complexa sina dos mitos e tradições nacionais.

No que diz respeito ao compromisso com a História, cabe mencionar que o alferes, profundamente observador e intuitivo, parecia ser, dentre os membros desse grupo, aquele que tinha a noção mais clara de que o movimento poderia demarcar uma ruptura histórica decisiva (ibidem, p. 177). Para Maria Efigênia Lage de Resende (2001:53), seu comportamento de propagandista agressivo da revolução o diferencia dos demais conjurados e revela uma atitude mais ligada à ação concreta que a discussões teóricas.

## Referências

- BARBOSA, Waldemar de Almeida. A fisionomia de Tiradentes. In: GUIMARÃES, Fabio Nelson et al. **O Tiradentes, patrono cívico do Brasil**: onde nasceu, como viveu, qual foi seu aspecto físico. 3 ed., [São João del-Rei, Brasil]: Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei, 1975.
- BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario Portuguez e Latino**, áulico, anatômico, architetonico [...]. Lisboa: Oficina de Paschoal Silva, 1716.
- CAMPOS, Raymundo Carlos Bandeira. **História do Brasil**. Edição revisada e ampliada. São Paulo: Atual, 1992. v.1.
- CARMO, Sônia Irene Silva do, COUTO, Eliane Frossard Bittencourt. **História do Brasil**: 1º grau. São Paulo: Atual, 1989.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

- COTRIM, Gilberto. **História do Brasil**: para uma geração consciente. 9.ed. reformulada e atualizada. São Paulo: Saraiva, 1989.
- FILHO, Pedro Paulo. **Grandes advogados, grandes julgamentos** (no júri e noutros tribunais). São Paulo: Ordem dos Advogados do Brasil, 1989.
- FONSECA, Thaís Nivia de Lima e. Os heróis nacionais para crianças: ensino de história e memória nacional. In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; GONTIJO, Rebeca. **A escrita da história escolar**: memória e historiografia. Rio de Janeiro: FGV, 2009
- FURTADO, João Pinto. **O manto de Penélope**: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GUIMARÃES, Fabio Nelson. **O Tiradentes, patrono cívico do Brasil**: onde nasceu, como viveu, qual foi seu aspecto físico – Fabio Nelson Guimarães, Altivo de Lemos Sette Câmara, Waldemar de Almeida Barbosa. 3.ed. [São João del-Rei, Brasil]: Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei, 1975.
- PILETTI, Nelson. **História do Brasil**: da pré-história do Brasil aos dias atuais. 13.ed. São Paulo: Ática, 1992.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). **História de Minas Gerais**: as Minas Setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica, Cia. do Tempo, 2007. v.2.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage. **Inconfidência Mineira**. 6 ed. São Paulo: Global, 2001.
- ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; GONTIJO, Rebeca. **A escrita da história escolar**: memória e historiografia. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- SANTOS, Joel Rufino dos. **História, histórias**: Brasil Colônia – 5ª s. São Paulo: FTD, 1992.
- SILVA, Rogério Forastieri da. **História do Brasil**: do descobrimento à atualidade. São Paulo: Núcleo, 1992.
- VILLALTA, Luiz Carlos. As origens intelectuais e políticas da Inconfidência Mineira. In: \_\_\_\_\_ e RESENDE, Maria Efigênia Lage de (orgs.). **História de Minas Gerais**: As Minas Setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica, Cia. do Tempo, 2007. v.2.